

“AgriZone, tu não me engana”:

Imprensa, (des)politização e o MST na COP30

“AgriZone, you can't fool me”

Press, (De)Politicization and The MST at COP30

Ana Carolina Soares Costa Vimieiro

*Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil*

Agatha de Souza Azevedo

*Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil*

Resumo

O artigo analisa o protesto do MST na AgriZone durante a COP30 como denúncia à responsabilidade do agronegócio pela crise climática, investigando os processos de (des)politização na cobertura jornalística e as posições e estratégias de legitimação da imprensa e do MST em torno da ação. A partir do arcabouço teórico-metodológico da (des)politização, e dos enquadramentos tecnoambiental, econômico e democrático-institucional, analisa-se a abordagem de três portais jornalísticos (G1, Repórter Brasil e Brasil de Fato) e do comunicado oficial do MST para responder a indagação sobre o papel da imprensa em conflitos em torno da COP30 e da crise climática, observando como as notícias esvaziam ou ampliam seu conteúdo político na forma como reportam o fato. Por fim, identificam-se estratégias de cobertura que legitimam determinados atores sociais em detrimento de outros e podem, ou não, reforçar a disputa entre projetos políticos presentes na COP30. Os resultados mostram que a politização do debate climático não decorre apenas da existência de conflitos, mas sobretudo de como eles são enquadrados, de quais atores têm legitimidade para falar e das estratégias discursivas mobilizadas.

Palavras-chave: Despolitização. COP30. MST. Crise climática.

Abstract

This article analyzes the MST's protest at AgriZone during COP30 as a denunciation of agribusiness's responsibility for the climate crisis, investigating the processes of (de)politicization in journalistic coverage and the positions and strategies of legitimation of the press and the MST surrounding the action. Based on the theoretical-methodological framework of (de)politicization, and the techno-environmental, economic, and democratic-institutional frames, the approach of three journalistic portals (G1, Repórter Brasil, and Brasil de Fato) and MST official statement is analyzed to answer the question about the role of the press in conflicts surrounding COP30 and the climate crisis, observing how news reports empty or amplify their political content in the way they report the event. Finally, it identifies how coverage strategies legitimize certain social actors to the detriment of others and may, or may not, reinforce the dispute between political projects present at COP30. The results show that the politicization of the climate debate does not only stem from the existence of conflicts, but above all from how they are framed, which actors have the legitimacy to speak, and the discursive strategies mobilized.

Keywords: Depoliticization. COP30. MST. Climate Crisis.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) uma manifestação que irrompeu as barreiras físicas da chamada AgriZone, zona com estandes de empresas voltadas ao universo agrícola, denunciando o agronegócio como o principal responsável pela crise climática. Em intervenção artística, militantes do movimento social que desde 1984 luta por terra, reforma agrária e transformações sociais no país ingressaram de maneira disruptiva na área, de acesso restrito, utilizando caracterizações teatralizadas para problematizar o papel do agronegócio no Brasil. Na encenação, alguns participantes vestidos com roupas pretas e maquiagem cênica representavam a “morte”, enquanto outros carregavam pratos contendo imagens de soja, tomate e laranja. Paralelamente, manifestantes traziam cartazes com dados sobre o agronegócio, mantendo os rostos cobertos e utilizando elementos visuais que remetiam à pulverização de agrotóxicos, como bombas e máscaras, e etiquetas com a palavra “glifosato”. Durante a ação, os manifestantes entoaram as palavras de ordem “AgriZone, tu não me engana, o verde desse dólar não salva nossa Amazônia”, e permaneceram por algumas horas no espaço de negociações.

A manifestação fez parte de uma série de articulações do MST durante a COP30, mas se destacou pela radicalidade e pela baixa cobertura da imprensa. Como pano de fundo, a denúncia do MST apontava para o agronegócio como causador da crise ambiental, e para a ineficácia na proposição de soluções para os problemas globais, de tinham caráter individualista, negligenciando povos e territórios. De caráter artístico, esse tipo de intervenção faz parte do repertório do MST e é considerado uma potente forma de comunicação com a sociedade, com referência no Teatro do Oprimido¹ e na tática da agitação e propaganda. O objetivo deste tipo de ação é apontar para contradições e problemas sociais utilizando das linguagens artísticas, teatrais e cênicas como maneira de aproximar e gerar empatia com outras camadas da sociedade (Mittelman, 2006; Estevam *et al.*, 2015).

Como exemplos de outros momentos em que o MST utiliza a estratégia, destacam-se o uso de lenços de chita e roupas pretas nas ações de ocupação de terras que as mulheres realizam no mês de março (Azevedo, 2020) e os protestos realizados em frente a instituições públicas em Brasília e empresas do setor mineral e do agronegócio (MST, 2021, 2023, 2024a, 2024b). Esse formato de intervenção também é utilizado nas ações do MST para fazer críticas e trazer discussões que estão em voga na conjuntura (Correio Braziliense, 2023).

Entendendo a ação direta do MST como uma estratégia para abrir espaço para o diálogo em torno do agronegócio na COP30, a proposta deste artigo é analisar as dinâmicas de (des)politização (politização e/ou despolitização) presentes na cobertura jornalística e no comunicado oficial da organização do movimento sobre o protesto. Deste modo, buscamos responder como a imprensa incide na (des)politização. Para isso, realizamos uma análise da abordagem em torno da ação coletiva do MST a partir de três portais jornalísticos que cobriram a ocupação da AgriZone – G1, Repórter Brasil e Brasil de Fato – e da notícia publicada no site oficial do MST. Na primeira seção, apresentamos o contexto em que a ação direta foi realizada, mobilizando elementos em torno da COP30, suas controvérsias e antagonismos, e a articulação teórico-metodológica em torno da (des)politização (Hay, 2007; Jenkins, 2011; Kenis e Lievens, 2014; Maesele *et al.*, 2017; Wood e Flinders, 2014; Wood, 2016).

Em seguida, utilizamos a (des)politização para analisar a cobertura da imprensa em torno da ação coletiva performática do MST a fim de tecer hipóteses acerca de sua eficácia e repercussão midiática. Por fim, analisamos as matérias jornalísticas e a notícia do MST em torno da ação “AgriZone, tu não me engana”.

¹ Teatro do Oprimido é um método teatral criado pelo dramaturgo brasileiro Augusto Boal nos anos 1970, focado na transformação social e política.

As categorias utilizadas para a condução da pesquisa são os enquadramentos² propostos por Maesele *et al.* (2017): tecnoambiental, econômico e democrático-institucional. Ao mapear os enquadramentos, o artigo busca compreender de que modo a COP30 se constitui como um espaço contingente de conflito, no qual diferentes atores disputam sentidos, responsabilidades e formas legítimas de ação política em torno da crise ambiental, e de que maneira os meios de comunicação contribuem para a politização e/ou despolitização da ação do MST e da discussão sobre o agronegócio na COP30.

Como resultado, identificamos elementos que reforçam o caráter conflitivo e a disputa entre projetos políticos presentes na COP30. Argumentamos que essas disputas se manifestam por meio de contextos que atravessam tanto as ações do movimento social quanto seus enquadramentos midiáticos, revelando tensões e intencionalidades entre processos de politização e despolitização do debate climático.

A COP30 e a disputa de sentidos sobre a crise climática

O Brasil sediou a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) entre 10 e 21 de novembro de 2025. O evento buscou debater medidas para mitigar a crise climática em conciliação com o desenvolvimento, e apresentar ações de caráter global em torno da situação. Entre as principais discussões, se destacam temas como aquecimento global, transição energética, e adaptação e mitigação climática como medida de sobrevivência em meio ao cenário ambiental global.

Realizada na Amazônia, sendo Belém do Pará o polo das discussões, a COP30 também afirmou que um dos objetivos era ressaltar o caráter simbólico dos povos da floresta, que defendem a biodiversidade e convivem em harmonia com a natureza. Contudo, antes mesmo de a conferência ter início, o evento já era palco de controvérsias, que iam desde a denúncia da ausência da cultura amazônica até a restrição à presença das pessoas e dos alimentos típicos da região no espaço.

Dentre os temas centrais, dois são caros à análise da ação do MST: o aquecimento global e a transição energética. Tendo como compromisso manter o aumento médio da temperatura global em no máximo 1,5°C até 2100, o eixo de limitação do aquecimento global propôs investir em energias renováveis e da neutralizar a emissão de carbono até 2050 para mitigar o efeito estufa.

² No artigo, Maesele *et al.* (2017) utilizam o termo *faultline* (linha de falha), expressão que se torna confusa quando traduzida. O presente artigo entende que a melhor tradução para o termo é enquadramento, ou frame.

Essas ações progressivas teriam por objetivo evitar impactos climáticos de maior magnitude. Um dos caminhos para a questão do carbono, por exemplo, foi a comercialização de créditos de carbono, em que protetores das florestas seriam recompensados financeiramente por empresas poluidoras (COP, 2025). A proposta de solução apresentada pelo evento é a de que indivíduos e empresas estabeleçam relações comerciais para manutenção da floresta, de modo que haja uma compensação financeira em troca da isenção aos poluidores. Esta solução foi bastante questionada por delegar a função de minimizar ou compensar a emissão de carbono às populações que já desenvolvem uma relação saudável com os bens da natureza, e não incluí-las nos lucros gerados pelas empresas poluentes.

No eixo da transição energética, a ênfase na aceleração da mudança dos sistemas de energia, indústria e transporte para fontes renováveis foi o lema. As discussões concentraram-se em estratégias para triplicar a capacidade instalada de energias renováveis e duplicar a eficiência energética até 2030, a fim de “acelerar a modernização da infraestrutura elétrica global”, conforme site da COP30 (2025).

Em paralelo ao evento oficial, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, dentre eles o MST, organizaram a Cúpula dos Povos. Realizada entre os dias 12 e 16 de novembro, a cúpula objetivou discutir justiça climática, territórios e direitos e alternativas desenvolvimentistas que se opõem ao processo de exploração do capitalismo a partir das bases da sociedade. A articulação, que iniciou em março de 2023 com reuniões de preparação e mobilização para a COP28 em Dubai, visava a construção de um processo civil autônomo para a conferência de 2025 no Brasil. A Cúpula dos Povos declarou ter mobilizado mais de 70 mil pessoas no evento, que contou com a presença de representantes de 62 países. Reafirma-se a oposição entre os países tomadores de decisão, que seguem se omitindo em relação à crise ambiental ao mesmo tempo em que investem em tecnologias poluidoras, e os territórios e suas populações atingidas por esse modelo desenvolvimentista.

Estruturando seu discurso a partir da noção de justiça climática e da centralidade dos povos e territórios historicamente afetados pela crise ambiental, a Cúpula dos Povos apresenta-se como um contraponto político e epistemológico à COP oficial desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Essa diferenciação vai desde o seu desenho institucional, criado a partir de uma ampla coalizão de movimentos sociais, redes ambientais e organizações comunitárias, até a forma organizativa, com espaços de livre circulação, debate e participação, que buscam romper com formatos tradicionais de participação na governança climática internacional, nos

quais a sociedade civil ocupa espaços restritos e frequentemente subordinados às agendas diplomáticas e corporativas.

Tendo a discussão em torno da crise climática como eixo central de ambos os eventos, é possível afirmar que tanto a COP30 quanto a Cúpula dos Povos mobilizaram discursos e ações para disputar os sentidos de problema e solução em torno da crise climática. A ação do MST se insere neste contexto, em que grupos com espaços distintos de visibilidade, compostos de opiniões e estratégias divergentes, se organizam para que suas visões em torno da crise climática repercutam nas arenas de debate da esfera pública.

A fim de compreender essa relação, utilizamos a literatura de (des)politização. Desenvolvido nos anos 1990 a partir das discussões sobre crise da democracia, pós-verdade, pós-política, governança e da descrença nas instituições públicas da democracia representativa em um cenário liberal, o conceito contribui para explicar como determinados embates públicos se constituem na esfera pública, e quais os seus efeitos para a política (Hay, 2007; Jenkins, 2011; Wood e Flinders, 2014; Wood, 2016).

A obra de Hay (2007) inaugura os debates contemporâneos sobre as dinâmicas politizantes e despolitizantes a partir da análise dos apagamentos e das projeções que a comunicação (entendida como diálogo, discurso, troca de ideias ou mobilização de opiniões) é capaz de produzir. Ao examinar o declínio da participação política formal, o autor estabelece uma relação entre fatores demográficos, socioeconômicos e educacionais e a perda de legitimidade das instituições representativas.

Ao observar a queda no engajamento, Hay (2007) identifica que esse aspecto não está necessariamente ligado à ausência de interesse em assuntos políticos, mas à migração destes para outras arenas da vida social. O autor aponta que a visibilidade e legitimidade concedida a determinadas formas de engajamento, como movimentos sociais, ONGs, imprensa e organizações da sociedade civil, ocorre em paralelo à desconfiança em relação aos partidos políticos e à consequente queda nas filiações partidárias, aumentando a relevância do debate político e da formação de opinião formulados em espaços não formais da política.

Desta forma, a política em Hay (2007) é entendida como escolha, capacidade de agência, deliberação e interação social, faz parte da vida cotidiana e tem o discurso como um elemento imprescindível para a articulação ou limitação dessas práticas no debate público. Wood e Flinders (2014), por sua vez, conceituam despolitização como o apagamento do “político”. Ou seja, a supressão da possibilidade de escolha e de

debate público seria um dos mecanismos pelos quais a despolitização opera socialmente. Para os autores, a despolitização não representa a ausência de política, mas constitui, em si, uma forma específica de ação política, orientada à contenção de conflitos e à naturalização de determinadas decisões e arranjos sociais.

Para Jenkins (2011), a possibilidade de ação política está diretamente relacionada à capacidade de escolha e à promoção de mudanças, o que implica reconhecer a agência humana como elemento central do político. Pensando agência e política como dimensões coextensivas, as autoras compreendem os processos de politização e despolitização como inscritos no campo da contingência, em oposição às noções de fatalismo e necessidade. Nesse sentido, Jenkins (2011, p. 158) afirma que “a despolitização envolve uma tentativa de remover algo — seja para remover a responsabilidade, a política ou, de forma mais ampla, a agência humana”. Tal operação resulta no deslocamento da política de um espaço de contingência e decisão para a condição de “não problema”, esvaziando seu potencial transformador. Em suas palavras, a autora define (des)politização como:

Uma estratégia de politização, em seu sentido mais amplo, implica expor e questionar o que é dado, ou percebido como necessário, permanente, invariável, moral ou politicamente obrigatório e essencial. [...]. Uma estratégia de despolitização implica a formação de necessidades, permanência, imobilidade, fechamento e fatalismo, ocultando e negando ou removendo a contingência (Jenkins, 2011, p. 159-160, tradução das autoras).

Partindo da compreensão da despolitização como um processo discursivo, a literatura permite analisar como os veículos de comunicação atuam na produção de sentidos sobre o que é compreendido como político, bem como sobre os limites da ação e da responsabilidade coletiva diante de determinados problemas públicos. Desse modo, a comunicação não apenas media o acesso à informação, mas participa ativamente da construção simbólica dos conflitos, dos sujeitos legítimos e das possibilidades de intervenção no debate público.

Nesse cenário, a imprensa pode assumir um papel central ao selecionar quais atores, agendas e enquadramentos ganham destaque na arena pública. Ao atribuir à comunicação a responsabilidade por seu espaço privilegiado de visibilidade e produção de conhecimento sobre os processos políticos formais, Hay (2007) relaciona diretamente participação política e cobertura midiática, ressaltando que esta “provavelmente constitui nosso modo mais frequente e talvez também mais intuitivo de envolvimento com a política formal” (Hay, 2007, n.p.).

Wood e Flinders (2014) incorporam à (des)politização uma dimensão intencional de disputa de poder entre diferentes esferas da sociedade. Nesse processo, os veículos de comunicação desempenham papel

estratégico ao influenciar a manutenção de lógicas hegemônicas de pensamento e ação social, por meio da circulação reiterada de discursos que associam democracia liberal, capitalismo de mercado e estilo de vida ocidental como modelos universais e inevitáveis. Dessa forma, a comunicação atua não apenas como arena de debate, mas como agente ativo na consolidação de enquadramentos que delimitam o que pode, ou não, ser politizado no espaço público. Dentro da perspectiva da (des)politização, Kenis e Lievens (2014) também argumentam como o discurso do desenvolvimento sustentável têm sido reapropriado e reformulado com sucesso por instituições internacionais com o principal objetivo de promover o “capitalismo verde”.

Ao analisarem a cobertura da ação radicalizada realizada pelo movimento social belga FLM (Field Liberation Movement) contra a produção de alimentos transgênicos, Maesele *et al.* (2017) destacam o papel político da imprensa na cobertura de atos considerados controversos. Para os autores, fatores como as assimetrias estruturais de poder, os conflitos sociais e os interesses econômicos são determinantes na maneira como veículos de comunicação constroem e orientam suas narrativas jornalísticas. A partir dessa perspectiva e da operacionalização proposta por Maesele *et al.* (2017), este trabalho se debruça sobre a ação do MST realizada na AgriZone.

Em consonância com outros trabalhos, Maesele *et al.* (2017) ressaltam a natureza consensual e tecnocrática presente nos debates de questões individualizantes. Os autores definem que é possível compreender a (des)politização a partir de dois operadores analíticos: as posições, a partir das quais observamos como os atores sociais se colocam no conflito; e as estratégias de legitimação, que dão a ver como atores sociais argumentam em favor de seus posicionamentos individuais.

Em sua pesquisa, Maesele *et al.* (2017) utilizaram três enquadramentos para analisar as notícias: tecnoambiental; econômico; e democrático-institucional. Na definição dos autores, enquadramento tecnoambiental diz respeito às controvérsias em relação ao papel da ciência e da tecnologia na interação entre sociedade e natureza, apontando para uma disputa de sentidos entre diferentes interpretações de práticas agrícolas, ambientais e alimentares, por exemplo. Em geral, a oposição se dá entre discursos que pressupõem a inexistência de limites ao domínio técnico-científico e à exploração da natureza em nome do desenvolvimento ou do crescimento econômico e discursos que enfatizam os limites do domínio técnico-científico e da exploração dos recursos naturais.

O enquadramento econômico, por sua vez, refere-se à contraposição entre os discursos moralistas de liberdade de mercado e progresso econômico por meio das forças não estatais, e dos discursos que

abordam a responsabilidade pública, fundamentada em valores cívicos e nas noções de patrimônio coletivo e responsabilidade social. É onde aparecem os posicionamentos que visam a legitimar ou deslegitimar ações econômicas estatais ou privadas.

Por último, os autores definem o enquadramento democrático-institucional como um mecanismo de contestação às preferências hegemônicas presentes nos enquadramentos tecnoambiental e econômico. Esse enquadramento prioriza a pluralidade de atores sociais e demandas legítimas, com interlocutores como cientistas, agricultores, biólogos, ativistas ambientais, médicos e sociedade civil, deslocando o debate da autoridade epistêmica (ou econômica) para o lugar do interesse público. É a partir desse enquadramento que se observam as relações entre liberdade de expressão e legitimação ou não de ações e atores sociais.

Com base nos três enquadramentos propostos por Maesele *et al.* (2017) e na literatura de (des)politização, iniciamos a próxima seção com a análise da notícia do MST no site oficial, e em seguida apresentamos a análise das reportagens dos portais G1, Repórter Brasil e Brasil de Fato, identificando as posições e as estratégias de legitimação em torno da ação de intervenção do Movimento na AgriZone durante a COP30.

Ocupação da AgriZone: posições e estratégias de legitimação

Ao longo da realização da COP30, o MST se fez presente em Belém do Pará, com caravanas de militantes de todo o país e cobertura em tempo real da sua atuação nas redes sociais e no site. Um dos principais articuladores da Cúpula dos Povos, o movimento integrou mobilizações articuladas pela coalizão de organizações, e se fez presente na programação do evento, nas marchas, nos debates e nas atividades culturais, com protestos dentro e fora da área destinada à COP30.

No dia 11 de novembro, a organização realizou a intervenção na AgriZone e assumiu a autoria do protesto, com publicação no site no mesmo dia. A notícia “MST denuncia agronegócio em espaço da COP30” (MST, 2025), assinada de maneira coletiva como “Página do MST”, descreve a ação com texto e imagens e situa o espaço da AgriZone geograficamente e economicamente, destacando entre os patrocinadores as empresas Bayer, Syngenta, Nestlé e PepsiCO e o protagonismo do agronegócio com a presença da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da empresa Amaggi.

Figura 1



Intervenção do MST na AgriZone. Foto de Priscila Ramos

Fonte: Site do MST, 2025

Em seu posicionamento, o MST se coloca como contrário à articulação da AgriZone, e apresenta a contradição de que as empresas que mais poluem e que são as geradoras da crise climática estão em um local de protagonismo no debate em torno das soluções. Este argumento é construído por meio da mobilização de dados sobre as empresas poluidoras do agronegócio ligadas à produção de agrotóxicos, remédios e alimentos ultraprocessados, advindos de outras instituições, como a ONG Public Eye. Utilizando informações do relatório da ONG, o movimento denuncia as empresas Bayer, Nestlé e Syngenta relacionando-as ao uso de agrotóxicos, à crise climática e ao adoecimento da população mundial.

Como principal crítica à COP30, o MST aponta para a não participação de órgãos públicos como a Embrapa e para a ausência de espaço para outras organizações interessadas no debate. No texto, Divina Lopes, da coordenação nacional do MST, afirma: “As empresas do agronegócio se apropriaram do espaço, submetendo órgãos públicos como a Embrapa, universidades e agências de assistência técnica”. Lopes denuncia que a participação do agronegócio na COP30 está ligada a interesses comerciais e ao uso da COP30 para agregar uma noção positiva da imagem destas empresas em torno da questão ambiental.

Na notícia do MST, é possível identificar o enquadramento tecnoambiental em duas vertentes argumentativas: a de oposição ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, por este desconsiderar a natureza e as comunidades; e a de denúncia deste modelo como prejudicial à saúde. Essas vertentes utilizam prioritariamente as falas da representante do MST Divina Lopes sobre a relação entre a ampliação dos lucros e a imagem “verde” do agro, e os dados da ONG como estratégias de legitimação, como por exemplo, no

trecho que diz que a Bayer tem “170 mil processos por contaminação pelos seus produtos”. Outra estratégia é o uso da aproximação com a vida cotidiana, em que o MST cita as empresas como responsáveis pela contaminação da água que afeta “milhões de pessoas” ao falar do uso de agrotóxicos, e lista doenças cotidianas relacionando-as à produção de alimentos com baixos índices de valor nutricional.

Tabela 1

Posição	Estratégia de legitimação	Exemplo
Oposição à AgriZone	Denúncia do protagonismo das empresas poluidoras com dados e uso de porta-voz	Estima-se que a Bayer enfrente 170 mil processos por contaminação pelos seus produtos, em especial, do agrotóxico Roundup.
Denúncia do agronegócio	Apontamento do agro como principal responsável pela crise climática com dados	No Brasil, 74% das emissões de gases de efeito estufa são causadas pelo agronegócio e seu complexo industrial
Aproximação crítica ao debate ambiental	Uso de argumentos que evocam o sentido de aproximação e afetação coletiva	(...) inclusive no salgadinho Doritos, resíduos do agrotóxico Glifosato, que geram consequências como desordens gastrointestinais, obesidade, diabetes, doenças cardíacas, depressão, autismo, infertilidade, câncer, mal de Alzheimer, mal de Parkinson, intolerância ao glúten.

Enquadramento tecnoambiental (site do MST)

Fonte: levantamento das autoras, 2025.

Já o enquadramento econômico é pouco robusto na notícia publicada no site do MST, mas mobiliza três posições. A primeira é a crítica às instituições de Estado, que deveriam se responsabilizar pela amplitude da discussão na AgriZone, que aparece em uma fala política da coordenação nacional da organização. Outra posição apontada pelo MST refere-se ao domínio do espaço da COP30 por organizações e empresas vinculadas ao agronegócio, pois estas são as patrocinadoras do espaço, o que resulta na exclusão de organizações da sociedade civil de outras naturezas.

No que se refere ao enquadramento econômico, o uso de dados como estratégia de legitimação aparece de forma pontual, em apenas dois momentos. Desses, somente um estabelece vinculação direta com a questão ambiental. O outro dado mobilizado para questionar economicamente as empresas do agronegócio desloca a crítica para o campo da saúde, ao associar o modelo de produção do setor a impactos negativos sobre a população. Desta forma, os dados apresentados servem para reforçar a posição de contraposição ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Tabela 2

Posição	Estratégia de legitimação	Exemplo
Crítica às instituições do Estado	Discurso sobre a ausência de protagonismo do Estado na AgriZone, subjugando o espaço à iniciativa privada	“As empresas do agronegócio se apropriaram do espaço, submetendo órgãos públicos como a Embrapa, universidades e agências de assistência técnica”(Divina Lopes)
Exposição de interesses privados	Mobilização de argumentos em torno das contradições no financiamento da AgriZone	Na lista dos patrocinadores da AgriZone estão Bayer, Syngenta, Nestlé e PepsiCO.
Oposição ao agronegócio	Uso de dados para questionar modelo produtivo do agro	74% das emissões de gases de efeito estufa são causadas pelo agronegócio e seu complexo industrial

Enquadramento econômico (site do MST)

Fonte: levantamento das autoras, 2025.

Por fim, o enquadramento democrático-institucional aparece na crítica ao protagonismo excludente do agronegócio, suas organizações e empresas, que reduz o espaço para debates mais amplos com outras camadas da sociedade. Essa linha de argumentação se repete nos enquadramentos anteriores por ser construída a partir de estratégias de legitimação econômicas, mas também reduzir a discussão ao agronegócio (enquadramento technoambiental).

Também há a crítica da COP30 como um evento que visa a afirmar o caráter positivo e ecológico de empresas poluidoras. O discurso do MST não usa termos como *greenwashing* ou hegemonia, mas diz de uma intencionalidade de construção de uma imagem positiva perante a sociedade às custas da crise climática.

Tabela 3

Posição	Estratégia de legitimação	Exemplo
Crítica ao protagonismo do agro	Apresentação do agronegócio como principal responsável pela crise climática e ambiental	De acordo com a militante, não há como discutir a superação da crise ambiental junto ao principal causador dela no Brasil.
Denúncia do uso da COP30	Afirmção de que empresas usam a COP para construir imagem ambiental positiva	“Este espaço foi dominado pelo agronegócio, que busca ampliar seus lucros e construir sua imagem de “verde”, às custas da natureza e das comunidades” (Divina Lopes)

Enquadramento democrático-institucional (site do MST)

Fonte: levantamento das autoras, 2025.

A seleção dos portais jornalísticos foi realizada a partir de busca no Google, utilizando os termos “MST” e “AgriZone”, com o objetivo de identificar notícias em formato escrito no dia da ação. Entre os

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v26.ed58.2026.547>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), v. 26, n. 58, p.156-176, jan./abr.2026

resultados obtidos, apenas os veículos G1, Repórter Brasil e Brasil de Fato publicaram matérias que abordaram a intervenção do MST na AgriZone. Vinculado ao Grupo Globo, o portal de notícias G1 fez uma ampla cobertura da COP30, com entradas ao vivo e matérias em diversos formatos, compartilhando informações e construindo uma narrativa transmídia. É possível identificar que o veículo traz como porta-vozes especialistas vinculados a universidades e ambientalistas de renome, e que foram entrevistados participantes e consultores da Cúpula dos Povos e pessoas críticas à organização da conferência.

A notícia sobre a ação do MST em 2025 permite identificar que o enfoque está nos conflitos que esta gerou, e não em seu propósito. Na notícia “Protesto no segundo dia da COP30 deixa seguranças feridos e bloqueia saída na Blue Zone” (Paulo, Casemiro e Peixoto, 2025), a abordagem do texto é voltada à segurança pública, e tem como porta-voz a ONU para Mudanças Climáticas.

Na reportagem há apenas uma imagem vinculada ao protesto. A fotografia parece ser da ação dos povos indígenas próximo à Blue Zone, mas não é possível identificar a autoria da manifestação pois esta não aparece no texto, e no registro visual os manifestantes estão distantes e de costas. A notícia do G1 não aborda a questão ambiental ao pautar a manifestação. Adotando uma posição de negação no enquadramento tecnoambiental, o portal desloca o protesto para o lugar de causador de problemas para os participantes da conferência. Desta forma, há uma distinção entre participantes oficiais, e portanto legítimos, do espaço, e manifestantes, lidos como externos à construção de soluções para a crise climática.

Figura 2



Cobertura da manifestação do Portal G1. Foto de Ronaldo Brito/Globo Amapá
Fonte: G1 (2025)

Os dias 11 e 12 de novembro foram repletos de manifestações questionando o caráter democrático da COP30, mas apenas o ato caracterizado como mais “violento” causou repercussão no portal vinculado à Globo. Os manifestantes contrários aos posicionamentos dos participantes oficiais da conferência, em geral, não aparecem como fontes nas matérias do portal, mesmo quando realizaram ações de cunho simbólico ou manifestações em espaços públicos de Belém. A linha de imprensa se concentrou no evento principal, apresentando de maneira sucinta (ou não apresentando) as dimensões controversas da COP30.

No enquadramento econômico, o G1 oculta a discussão ambiental e as críticas dos manifestantes, privilegiando o enquadramento do possível prejuízo causado ao evento e reafirmando sua continuidade sem atrasos ou intercorrências. Já no enquadramento democrático-institucional, evidencia-se a ausência de porta-vozes dos manifestantes e a omissão de suas reivindicações, sem qualquer menção à Cúpula dos Povos ou às denúncias apresentadas.

Tabela 4

Frame	Posição	Estratégia de legitimação	Exemplo
Tecno-ambiental	Ocultação da dimensão ambiental	Protesto como problema operacional e de ordem; centralidade nos efeitos negativos (feridos, bloqueio); ausência de contextualização	A segurança foi reforçada com o deslocamento de carros da Polícia Militar. Não há informações de detidos.
Econômico	Minimização dos impactos do protesto	Ênfase na manutenção do cronograma da COP30; foco no potencial prejuízo logístico ao evento; silenciamento da crítica econômica e ambiental feita pelos manifestantes	“O local está totalmente seguro, e as negociações da conferência continuam normalmente”, afirmou o porta-voz da ONU.
Democrático-institucional	Negação da legitimidade dos manifestantes	Seleção de porta-vozes institucionais; ausência de falas de manifestantes; não menção à Cúpula dos Povos	Após correria e bloqueio interno, os manifestantes foram retirados do espaço e as pessoas com credenciais puderam deixar o pavilhão.

Enquadramentos do Portal G1
Fonte: levantamento das autoras, 2025.

A cobertura do portal independente e sem fins lucrativos Repórter Brasil foi caracterizada por longas reportagens, munidas de dados oficiais e apuração sistemática dos temas debatidos durante a COP30 com textos de cunho informativo explicando terminologias e posicionamentos. A ação do MST na AgriZone não foi abordada de maneira isolada, mas fez parte de reportagem com as manifestações em oposição ao evento, intitulada “Protestos em Belém desafiam ‘tom otimista’ de autoridades na COP30” (Camargos, 2025).

Em dois parágrafos, o repórter Daniel Camargos descreveu a ação, explicitou suas motivações e argumentos e contextualizou o protesto ao mobilizar elementos como o patrocínio do espaço por empresas do agronegócio, a criação da AgriZone pela Embrapa (com apoio do Ministério da Agricultura para a representação do setor), e a denúncia, feita pelo MST, da tentativa de construção de uma imagem ambientalmente positiva do agronegócio. A reportagem amplia o debate em torno dos temas da COP30 ao apresentar informações contextualizadas sobre a ação e seus desdobramentos, sendo possível identificar os três enquadramentos, ainda que mobilizados de forma sintética.

É possível observar que a politização da questão ambiental se manifesta na reportagem por meio da sinalização da amplitude dos conflitos em torno da COP30. Ao detalhar as diversas manifestações ocorridas durante o evento, bem como os diferentes grupos sociais mobilizados e suas respectivas pautas, o texto evidencia que o debate ambiental institucionalizado pela conferência oficial não contempla a pluralidade de vozes interessadas. Dessa forma, a reportagem aponta para os limites da representação das organizações da sociedade civil no espaço oficial e contribui para a ampliação do debate público sobre a crise climática e as demais agendas em disputa na COP30.

Tabela 5

Frame	Posição	Estratégia de legitimação	Exemplo
Tecno-ambiental	Reconhecimento da dimensão ambiental	Apresentação das motivações e argumentos do MST; contextualização da crítica ao agronegócio;	O MST criticou o espaço como tentativa de limpar a imagem do agronegócio.
Econômico	Menção ao patrocínio	Informação sobre o patrocínio da AgriZone por empresas do agronegócio;	O local conta com estandes patrocinados por Bayer, Syngenta, Nestlé, PepsiCo, dentre outras.
Democrático-institucional	Apresentação do conflito de interesses	Menção à denúncia de “limpeza” da imagem ambiental do setor; explicitação do apoio institucional do Ministério da Agricultura na criação da AgriZone	Localizada próxima ao pavilhão principal da COP30, a AgriZone foi criada pela Embrapa, com apoio do Ministério da Agricultura, para representar agronegócio.

Enquadramentos do portal Repórter Brasil

Fonte: Levantamento das autoras, 2025

Construído coletivamente com apoio de organizações como o MST e a CUT, o Brasil de Fato fez a cobertura da COP30 e da Cúpula dos Povos de forma crítica, trazendo informações sobre as manifestações contrárias, e apontando as polêmicas e contradições presentes no evento oficial. O veículo colocou a ação

do MST em destaque na manchete da notícia do dia 11 de novembro, e trouxe a apropriação do debate ambiental pelo agronegócio como ponto central para a discussão.

No enquadramento tecnoambiental, o jornal apresentou o posicionamento dos manifestantes e o reforçou a partir de dados de fontes oficiais como o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) sobre o desmatamento e os gases do efeito estufa. No enquadramento econômico, o Brasil de Fato apresenta a posição do MST e a posição da Embrapa por meio de nota oficial, promovendo a ampliação do debate sobre o patrocínio da AgriZone.

Já no enquadramento democrático-institucional, há um reforço do discurso oficial da Embrapa em paralelo ao discurso do MST de que a entidade teria permitido que o agronegócio se apropriasse totalmente da AgriZone, e ocultasse a participação de outros sujeitos interessados da sociedade civil. A posição do jornal, apesar de bem alinhada ao MST, destaca o papel da Embrapa na discussão e permite que a instituição aborde a discussão de maneira ampla, promovendo a abertura do debate para múltiplas interpretações. Desta forma, a Embrapa consegue, por exemplo, incidir na discussão sobre a produção de alimentos afirmando seu interesse por uma “agricultura sustentável e inclusiva”, e posicionar a AgriZone como aberta, democrática e plural.

Tabela 6

Frame	Posição	Estratégia de legitimação	Exemplo
Tecno-ambiental	Crítica à apropriação do debate ambiental	Centralidade da ação do MST; uso de dados de fontes oficiais; articulação entre protesto e crise climática	No total, as emissões brasileiras em 2024 ficara assim: 42% vieram do desmatamento, 29% da agropecuária, 20% da energia, 5% dos resíduos e 4% da indústria.
Econômico	Explicitação do conflito de interesse financeiro	Apresentação da posição do MST e da nota oficial da Embrapa; ampliação do debate sobre financiamento e interesses econômicos envolvidos	“O espaço conta com o apoio financeiro de patrocinadores, cujas contribuições seguem critérios de transparência e conformidade com as normas públicas vigentes” (Embrapa).
Democrático-institucional	Reconhecimento da oposição de visões	Inclusão de atores sociais com discursos paralelos; abertura para diferentes interpretações sobre a legitimidade e a pluralidade da AgriZone	Em nota, a Embrapa informou que a AgriZone é um espaço “público, gratuito e plural” (...)

Enquadramentos do Portal Brasil de Fato

Fonte: levantamento das autoras, 2025.

Ao fazer uma análise comparativa dos enquadramentos presentes nas três reportagens sobre o evento evidenciamos diferenças significativas na forma como o conflito é politizado ou despolitizado. No enquadramento tecnoambiental, o site do MST e os portais Brasil de Fato e Repórter Brasil operam de maneira convergente ao reconhecer o protesto como parte de uma disputa sobre os sentidos da crise climática e do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Contudo, no site do MST esse enquadramento é mobilizado de forma central e aprofundado, articulando críticas ambientais, produtivas e de saúde pública, com forte uso de dados e de porta-vozes do próprio movimento. O Brasil de Fato reforça esse processo de politização ao associar a manifestação a dados oficiais sobre desmatamento e emissões de gases de efeito estufa, mas se diferencia do site do MST ao, mesmo mantendo vinculações institucionais com o movimento, abrir espaço para a ampliação do debate. Isso ocorre por meio da inclusão do discurso da Embrapa, apresentado em contraposição às críticas formuladas pelos manifestantes.

De modo mais sintético, a Repórter Brasil politiza ao contextualizar o protesto e apontar a tentativa de “limpeza” da imagem do agronegócio, e se centra mais na controvérsia geral da COP30 a partir do detalhamento de outras ações e manifestações contrárias aos debates e às sínteses do evento. Em contraste, o portal G1 se distancia dos demais, abordando o acontecimento por meio da negação da relevância do protesto radical, deslocando-o para o campo da segurança pública e da ordem. O ato de não publicizar ou desviar o foco das reivindicações contrárias à COP30 configura um processo de despolitização do debate ambiental.

No que se refere ao enquadramento econômico, observamos uma semelhança parcial entre os veículos no reconhecimento do patrocínio da AgriZone por empresas do agronegócio, mas com diferenças significativas quanto à profundidade e ao sentido dessa menção. No site do MST, o frame econômico aparece de forma menos robusta, mas cumpre um papel crítico ao evidenciar os interesses privados envolvidos no financiamento do espaço e sua relação com impactos ambientais e à saúde.

O Brasil de Fato e a Repórter Brasil ampliam essa discussão ao explicitar o conflito de interesses e ao apresentar tanto a posição do MST quanto a da Embrapa, promovendo maior visibilidade às disputas econômicas subjacentes à organização do evento. Já no G1, o enquadramento econômico é mobilizado de forma despolitizadora, ao priorizar o possível prejuízo logístico ao evento e reafirmar sua continuidade, silenciando a crítica estrutural ao modelo econômico do agronegócio.

O enquadramento democrático-institucional é aquele em que se observam as diferenças mais evidentes entre as posições. No site do MST, esse frame atravessa todo o discurso, ao denunciar a exclusão de organizações da sociedade civil, a captura do espaço por interesses corporativos e a fragilização do papel das instituições públicas. O Brasil de Fato também politiza a partir desse quadro ao explicitar a oposição entre o discurso do movimento e o discurso institucional da Embrapa.

A Repórter Brasil, por sua vez, reconhece o conflito democrático-institucional ao contextualizar a criação do espaço e seus apoiadores, e usa de estratégias mais amplas que a ação do MST para aprofundar as assimetrias de poder envolvidas. O G1, em sentido oposto, reforça a despolitização ao excluir os manifestantes como sujeitos legítimos do debate climático, privilegiando fontes institucionais e silenciando as reivindicações da sociedade civil organizada. De forma geral, as semelhanças entre os veículos concentram-se no reconhecimento de que a ação do MST gerou controvérsias no interior da COP30. As diferenças, contudo, residem na forma como essas controvérsias são enquadradas e na amplitude concedida às disputas políticas, econômicas e institucionais presentes.

Considerações finais

A análise, a partir da operacionalização proposta por Maesele *et al.* (2017), permitiu compreender como diferentes atores midiáticos e políticos contribuem para processos de (des)politização do debate climático no contexto da COP30. A mobilização das posições e das estratégias de legitimação, articuladas aos três enquadramentos, evidenciou disputas centrais em torno da legitimidade dos atores, dos modelos de desenvolvimento e da definição do interesse público.

Em articulação com outros movimentos e organizações críticas à forma como a COP30 enfrentou a crise climática, o MST mobilizou intensamente seus próprios veículos de comunicação antes, durante e após o evento, buscando aprofundar o debate público por meio de artigos de opinião, divulgação de dados científicos de especialistas, ações concretas de reflorestamento e plantio, além da afirmação de que as soluções para a crise climática passam necessariamente pelos povos. Essa contraposição à COP30 se deu por meio de discursos e ações articuladas, porém o alcance se limitou aos canais oficiais da organização, voltados majoritariamente a públicos já engajados.

Nesse sentido, a repercussão e a capacidade de incidência política dessas ações dependem fortemente de sua circulação em outros espaços de visibilidade, especialmente na imprensa. O papel dos meios jornalísticos torna-se, assim, central para ampliar (ou restringir) a publicização das demandas dos

movimentos sociais, operando como instâncias que podem tanto potencializar processos de politização do debate climático quanto contribuir para seu esvaziamento.

Salientamos também que as ações diretas do MST podem ser recebidas pela sociedade de maneira negativa, ainda que respaldadas no legítimo direito ao protesto. Esse aspecto, em certa medida, incide na formação da imagem do MST junto à opinião pública e reflete na abertura ou no fechamento para o campo de diálogo e argumentação em torno da pauta reivindicatória abordada na intervenção realizada.

Os resultados indicam que a politização do debate climático não depende apenas da presença de conflitos, mas da forma como eles são enquadrados, dos atores que têm voz e das estratégias discursivas acionadas. Enquanto o site do MST e os veículos de mídia alternativa tendem a politizar o debate ao explicitar conflitos, interesses econômicos e exclusões institucionais, o portal G1 contribui para sua despolitização ao reconfigurar o protesto como problema operacional e ao restringir a participação dos manifestantes nas notícias, que também servem como arenas legítimas do debate climático.

Contudo, a pesquisa demonstra que a forma de reivindicação provocadora, e muitas vezes incômoda, adotada por movimentos sociais como o MST é capaz de mobilizar construções argumentativas múltiplas dentro da imprensa. As abordagens jornalísticas sobre a ação na AgriZone, tanto as favoráveis à intervenção quanto as críticas, se viram provocadas a trazer à tona o debate sobre a crise climática.

Nesse sentido, os enquadramentos propostos por Maesele *et al.* (2017) mostram-se uma ferramenta analítica potente para compreender como a mídia pode tanto ampliar quanto esvaziar o debate público sobre a crise climática, especialmente em contextos de megaeventos como a COP30, nos quais interesses econômicos, institucionais e sociais se entrelaçam. Ao tornar visíveis esses enquadramentos, este trabalho contribui para uma leitura crítica do papel da mídia e dos movimentos sociais na construção pública ou na neutralização das controvérsias em torno da justiça climática.

Ana Carolina Soares Costa Vimieiro

Doutora em Comunicação pela Queensland University of Technology (Austrália). Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1911-1264>

E-mail: anacarolsco@gmail.com

<https://doi.org/10.46391/ALCEU.v26.ed58.2026.547>

ALCEU (Rio de Janeiro, online), v. 26, n. 58, p.156-176, jan./abr.2026

Agatha de Souza Azevedo

Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de Processos Comunicacionais e Práticas Sociais, mestre e graduada em Comunicação Social pela mesma instituição.

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8628-0589>

E-mail: agathas2azevedo@gmail.com

Referências

AZEVEDO, A. S. Jornada das mulheres sem terra: ações diretas e confrontos políticos entre MST e agronegócio. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, 2020. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020>. Acesso em: 3 mar. 2026.

BRASIL DE FATO. Em protesto, MST denuncia: “AgriZone, tu não me engana”. Belém (PA), 11 nov. 2025. Disponível em: <https://x.gd/tTc4j>. Acesso em: 30 dez. 2025.

CAMARGOS, D. Protestos em Belém desafiam ‘tom otimista’ de autoridades na COP30. **Repórter Brasil**, 12 nov. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/11/protestos-belem-contraponto-tom-otimista-cop30/>. Acesso em: 3 mar. 2026.

COP30 Brasil Amazônia Belém, 2025. **Portal oficial da COP30 Brasil**. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br>. Acesso em: 30 dez. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. Feira do MST tem simulação de cela com bolsonaristas. 2023. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://x.gd/0CUkQ>. Acesso em: 3 mar. 2026.

EMBRAPA. AgriZone. **Portal Embrapa**. Belém: Embrapa, 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cop30/agrizone>. Acesso em: 3 mar. 2026.

ESTEVAM, Douglas; COSTA, Iná Camargo; VILLAS BÔAS, Rafael (orgs.). **Agitprop: cultura política**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

G1. COP30: protesto no segundo dia da COP30 e tentativas de invasão. **G1**, Belém, 11 nov. 2025. Disponível em: <https://x.gd/a2Of2>. Acesso em: 30 dez. 2025.

HAY, Colin. **Why We Hate Politics**. Cambridge: Polity, 2007.

JENKINS, Laura. The difference genealogy makes: strategies for politicisation or how to extend capacities for autonomy. **Political Studies**, v. 59, n. 1, p. 156-174, 2011.

KENIS, Anneleen; LIEVENS, Matthias. Searching for ‘The Political’ In Environmental Politics. **Environmental Politics**, v. 23, n. 4, p. 531–548, 2014.

MAESELE, P., RAEIJMAEKERS, D., VAN DER STEEN, L., REUL, R., & PAULUSSEN, S. (2017). *In: Flanders Fields: De/politicization and Democratic Debate on a GM Potato Field Trial Controversy in News Media*.

Environmental Communication, v. 11, n. 2, p. 166-183, 2017. doi.org/10.1080/17524032.2015.1094102.

MITTELMAN, Tania. **A arte no Coletivo de Cultura do MST (1996-2006)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

MST. Câmara dos Deputados debate políticas públicas para a redução do uso de agrotóxicos no Brasil. **Site do MST**, 4 jun. 2024a. Disponível em: <https://x.gd/RDVeT>. Acesso em: 3 mar. 2026.

MST. Com marchas e debates, Cúpula dos Povos começa para contrapor as falsas soluções da COP30. **Site do MST**, 12 nov. 2025. Disponível em: <https://x.gd/hspRC>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MST. Em AL, juventude do MST escracha mineradora responsável por maior crime ambiental em área urbana no mundo. **Site do MST**, 14 ago. 2021. Disponível em: <https://x.gd/I9wM1>. Acesso em: 3 mar. 2026.

MST. Juventude Sem Terra e Levante Popular fazem escracho em frente à Basf no RS. **Site do MST**, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://x.gd/DvBGS>. Acesso em: 3 mar. 2026.

MST. Juventude Sem Terra escracha “escritório do desmatamento” em Rondonópolis (MT). **Site do MST**, 5 jun. 2024b. Disponível em: <https://x.gd/BSstl>. Acesso em: 3 mar. 2026.

MST. MST denuncia agronegócio em espaço da COP30. **Site do MST**. Belém, 11 nov. 2025. Disponível em: <https://x.gd/RYZVN>. Acesso em: 30 dez. 2025.

PAULO, P. P.; Casemiro, P.; PEIXOTO, R. Protesto no segundo dia da COP30 deixa seguranças feridos e bloqueia saída na Blue Zone. **G1**, 11 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-30/noticia/2025/11/11/cop30-protesto-segundo-dia-da-conferencia.ghtml>. Acesso em 6 maio 2026.

WOOD, M.; FLINDERS, M. Rethinking Depoliticisation: Beyond The Governmental. **Policy & Politics**, v. 42, n. 2, p. 151-170, 2014.

WOOD, M. Politicisation, Depoliticisation and Anti-Politics: Towards a Multilevel Research Agenda. **Political Studies Review**, v. 14, n. 4, p. 521-533, 2016.

Recebido em: 12 de janeiro de 2026.

Aprovado em: 9 de março de 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.